



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Junho de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em junho de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	8
Equador	9
Guiana	10
Peru.....	11
Suriname	12
Venezuela	13
OTCA	14

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em junho, mês do ano novo andino, amazônico e chaqueño, a Amazônia boliviana foi notícia, uma vez mais, por uma série de questões ligadas à agenda socioambiental e climática. Diversas denúncias de crimes ambientais repercutiram nos meios de comunicação. A plataforma Mongabay denunciou a invasão com dragas para a mineração ilegal de ouro na Reserva Nacional de Vida Silvestre Amazônica Manuripi, no departamento de Pando, o que tem trazido como consequência a contaminação com mercúrio de rios – sobretudo do rio Madre de Diós – e alterações no leito fluvial, além de prejudicar a flora e a fauna local. A reportagem aponta a identificação de mais de 120 dragas dentro da reserva, além da baixa fiscalização e do contrabando de mercúrio [1].

A plataforma Mongabay também denunciou o aumento do tráfico ilegal de tartarugas (*tortugas de río* ou *Podocnemis unifilis*), espécie altamente vulnerável da fauna boliviana [2]. Por fim, também houve denúncias da expansão de operações da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) em perfurações do poço Tomachi X1 e X2, na bacia do rio Madre de Diós, no departamento amazônico de Pando. Organizações indígenas da região afirmaram que não houve a realização de consulta livre, prévia e informada, violando o cumprimento dos protocolos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho [3]. Ao longo do mês, também foram noticiadas temperaturas anormais na Amazônia boliviana, com uma frente fria acentuada, ventos fortes, tempestades elétricas e granizo, entre outros fenômenos incomuns na região [4].

Entre as boas notícias, repercutiu o resgate de 27 botos cor-de-rosa de água doce (espécie ameaçada de extinção) que estavam encalhados devido ao baixo fluxo do rio, por pesquisadores do Museu Natural Noel Kempff Mercado. A notícia foi amplamente veiculada nos meios de comunicação nacionais e internacionais [5]. Além disso, alguns projetos do governo boliviano são dignos de nota. No final do mês, o Vice-Ministro de Defesa Civil, em coordenação com a Armada boliviana, lançou uma missão humanitária fluvial pelos rios amazônicos Mamoré, Isiboro e Beni, com brigadas médicas e odontológicas [6]. Além disso, no início do mês, o Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia concedeu a tutela a favor do Sub Consejo Tsimane del Sector Yacuma, do departamento amazônico de Beni, dotando o povo Tsimane (TCO Ya' Cama) da titulação das terras comunitárias [7]. A decisão foi considerada uma vitória importante para os povos indígenas da Amazônia boliviana. Em junho, também foi realizado o V *Encuentro*

Nacional de Integración de Defensa de Territorios Indígenas y Áreas Protegidas de Bolivia, na cidade de Rurrenabaque, no departamento de Beni. O encontro reuniu mais de 40 grupos e povos indígenas do país, principalmente da Amazônia e do Chaco [8].

A Amazônia também foi objeto de debate entre os candidatos à presidência que disputarão as eleições gerais do país, a serem realizadas em agosto de 2025. Frente ao aumento exponencial do desmatamento dos últimos anos na Bolívia, o combate aos crimes ambientais, à desflorestação e à degradação ambiental tem estado no centro do debate eleitoral [9]. Organizações populares e movimentos sociais têm pressionado para que o tema ganhe ainda mais relevância no cenário eleitoral. Lideranças da *Coordinadora Nacional de Defensa de Territorios Indígenas Originarios Campesinos y Áreas Protegidas* (Contiicap) declararam que os candidatos devem levar em consideração os povos indígenas [10].

Nas relações com os outros países amazônicos, destaca-se a realização do Simpósio de Saúde na Fronteira, organizado pelo Ministério da Saúde do Brasil e pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) entre os dias 10, 11 e 12 de junho, o qual contou com delegações brasileiras, peruanas e bolivianas. O evento teve como objetivo discutir mecanismos de cooperação transfronteiriça, monitoramento e respostas a doenças imunopreveníveis e marcos legais entre os países [11].

Referências

- [1] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/06/bolivia-dragas-mineria-oro-reserva-amazonica-manuripi/>
- [2] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/06/alerta-incremento-trafico-tortugas-amazonia-boliviana/>
- [3] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/06/bolivia-petrolera-estatal-expande-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://www.reduno.com.bo/noticias/conozca-en-que-regiones-ya-se-siente-la-denominada-bomba-polar--202562104015>
- [5] Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-06-27/rescatados-25-delfines-de-agua-dulce-en-bolivia.html>
- [6] Disponível em: <https://www.mindef.gob.bo/node/1470>
- [7] Disponível em: <https://eju.tv/2025/06/tribunal-de-justicia-indigena-de-bolivia-dispone-la-restitucion-de-54-302-hectareas-al-pueblo-tsimane-y-el-desalojo-de-interculturales/>
- [8] Disponível em: <https://www.noticiasfides.com/pueblos-indigenas/indigenas-se-reunen-en-rurrenabaque-para-fortalecer-la-resistencia-en-defensa-de-sus-territorios>
- [9] Disponível em: <https://lapatria.bo/2025/06/27/candidatos-bolivianos-proponen-reforestacion-masiva-ante-la-crisis-ambiental/>

[10] Disponível em: <https://erbol.com.bo/medio-ambiente/%C3%A1lex-villca-%E2%80%98los-candidatos-deben-tomarnos-en-cuenta-los-pueblos-ind%C3%ADgenas-en-sus>

[11] Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/brasil-bolivia-e-peru-discutem-saude-publica-na-regiao-de-fronteira-amazonica/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

No dia 3 de junho, a Marinha do Brasil divulgou os resultados da Operação Ágata Amazônia 2025, realizada entre março e junho, em cooperação com o Exército e a Aeronáutica. Tratou-se de um esforço envolvendo múltiplos atores do Estado brasileiro no combate ao crime organizado, à mineração ilegal e a outros crimes ambientais na região, o que resultou em um prejuízo estimado de R\$ 225 milhões aos criminosos. Outro objetivo foi levar assistência humanitária a populações indígenas e ribeirinhas, alcançando cerca de 76 localidades. As atividades ocorreram, principalmente, nas regiões de São Gabriel da Cachoeira (AM) e na terra indígena Vale do Javari. Foram mobilizados mais de 2 mil militares, 81 embarcações, 18 viaturas, 11 aeronaves e dois satélites que cobriram uma área de 510 mil km². Também houve uma grande participação de órgãos do Executivo federal e do estado do Amazonas. Foram mobilizados cerca de 64 agentes provenientes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Polícia Federal (PF), Polícia Civil do Estado de Amazonas (PC-AM), Polícia Militar do Estado do Amazonas e Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (ANP) [1].

Também no dia 3 de junho, em comemoração antecipada ao Dia do Meio Ambiente (celebrado no dia 5), o presidente Lula anunciou que o Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), destinará R\$ 826 milhões para o Ibama realizar seu maior projeto de combate ao desmatamento na Amazônia. O projeto prevê a compra de helicópteros com proteção balística, drones, construção de quatro bases aéreas e oito helipontos em áreas estratégicas da floresta, um centro nacional de treinamento, bases móveis, barracas de campanha, rádios VHF e internet satelital para atuação em áreas remotas, utilização de ferramentas

digitais e inteligência artificial, rastreamento de mercúrio e madeira e implementação do Sistema Desmatamento Zero [2]. Também em prol do combate ao desmatamento, no dia 5, o BNDES anunciou o bloqueio de R\$ 806 milhões em pedidos de crédito rural para proprietários de terras de todo o Brasil que tiveram desmatamento identificado por meio de monitoramento de satélite. O estado do Amazonas teve o maior percentual de denúncias e bloqueios [3].

Ainda no dia 5, o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, sancionou uma lei que facilita ações do Executivo e do Legislativo na resposta a desastres climáticos e no combate a incêndios florestais. A proposta foi aprovada no Congresso Nacional em maio e incorporou cinco medidas provisórias lançadas em 2024 pela Presidência da República, sendo três delas propostas pelo MMA. O texto estimula uma maior agilidade na contratação de brigadistas, permite o uso de aeronaves estrangeiras em emergências ambientais e dispensa a necessidade de convênios para realizar repasses do Fundo Nacional do Meio Ambiente a regiões com emergência ambiental declarada pelo MMA. A nova lei permite ainda que emendas parlamentares do Congresso Nacional abasteçam o mesmo fundo para financiar iniciativas de prevenção e combate de incêndios, além de recuperação de áreas degradadas por acidentes e desastres ambientais [4].

Esse conjunto de medidas antecedeu anúncios de aumento de desmatamento e incêndios na Amazônia. No dia 6, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) informou que houve um crescimento de 92% no desmatamento da floresta em maio, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Foi o segundo pior dado para maio desde o início da série histórica, em 2016, sobretudo devido aos incêndios florestais que atingiram a região no segundo semestre de 2024 [5]. Além disso, no dia 24, dados divulgados pelo MapBiomas, na primeira edição do seu Relatório Anual do Fogo, mostraram que a área da Amazônia atingida por queimadas e incêndios florestais no ano passado foi a maior desde 1985: 15,6 milhões de hectares, o que representou um aumento de 117% em relação à média histórica e colocou o bioma como o principal epicentro do fogo no Brasil. Pela primeira vez, a vegetação florestal (43%) superou pastagens (33,7%) como o elemento mais atingido pelo fogo na Amazônia, em um reflexo da seca extrema e da ação humana [6].

No tema da exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, o presidente Lula reiterou, em entrevista ao jornal Le Monde, no dia 3 de junho, em meio a uma viagem de Estado à França, sua posição favorável à atividade. Nos seus termos: “França, Reino Unido, Noruega e Estados Unidos também produzem petróleo. E o Brasil tem a matriz

energética mais limpa do mundo: 90% da nossa eletricidade vem de fontes renováveis. O Brasil não abrirá mão de um recurso fundamental para seu desenvolvimento. Para o Brasil, é justamente a receita do petróleo que permitirá financiar nossa transição energética” [7]. Em linha com a posição do presidente, a Agência Nacional do Petróleo realizou, no dia 17, um leilão de exploração de áreas nacionais que incluiu blocos na região, mesmo sem o aval do Ibama para qualquer atividade até o momento. A sessão ofertou 172 blocos, em cinco bacias petrolíferas. 34 blocos foram arrematados, sendo mais da metade na Foz do Amazonas. A estadunidense ExxonMobil e a Petrobras arremataram, consorciadas, dez blocos na região, sendo que cada uma operará cinco deles. Por sua vez, a estadunidense Chevron e a chinesa CNPC ganharam nove blocos em conjunto, todos operados pela primeira [8].

O leilão suscitou reações na sociedade civil e no Ministério Público Federal (MPF). No dia 2, antes da sua realização, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e os Sindicatos dos Petroleiros (Sindipetros) entraram na Justiça contra a ANP, pedindo a suspensão do leilão devido a receios de soberania energética devido à participação de empresas estrangeiras [9]. Por sua vez, o MPF também entrou na Justiça, no dia 26, pedindo a suspensão da homologação do certame, devido à falta de garantias ambientais mínimas e a falta de consultas a comunidades tradicionais [10]. Além disso, no dia 4, a associação de comunidades quilombolas do Amapá recorreu à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em busca de apoio contra a exploração de petróleo na Margem Equatorial. A ação foi tomada após a invasão do quilombo Kulumbu do Patuazinho, em Oiapoque (Amapá), onde invasores passaram a derrubar árvores, a fim de ocupar áreas próximas de atividades da Petrobras na Foz do Amazonas para promover especulação imobiliária [11].

Na política externa, o presidente Lula participou de dois eventos diplomáticos multilaterais importantes para a Pan-Amazônia. No dia 13, recebeu, em Brasília, os chefes de Estado da Cúpula Brasil-Caribe, em diálogo com a Caricom, bloco que inclui Guiana e Suriname. A reunião teve cinco pontos de agenda: segurança alimentar e nutricional, mudanças climáticas, transição energética, gestão de riscos e conectividade [12]. Em discurso na abertura oficial do evento, Lula anunciou um aporte de US\$ 5 milhões ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB), destacou o compartilhamento de imagens de satélites meteorológicos sino-brasileiros com os países da região como medida para reduzir riscos de desastres ambientais, estimulou parcerias na produção de biocombustíveis, lembrou que o projeto brasileiro Rotas de Integração Sul-Americana

prevê aumentar conexões logísticas do Brasil com os vizinhos e reivindicou o fortalecimento da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A cúpula criou o Fórum Ministerial Brasil-Caribe para estreitar contatos entre as partes [13].

Em seguida, no dia 17, Lula viajou ao Canadá para a Cúpula do G7, que incluiu o Brasil, entre outros países, como convidado. Em discurso na reunião, o presidente brasileiro defendeu a elaboração de parcerias internacionais baseadas em benefícios mútuos e sustentáveis, alertando contra disputas geopolíticas por recursos que ameaçam biomas como a Amazônia e os fundos marinhos. Também reivindicou o fortalecimento do multilateralismo, criticou os países ricos por falharem em financiar adequadamente a transição ecológica dos países em desenvolvimento e cobrou a participação dos chefes de Estado na COP30, que ocorrerá em Belém, em novembro [14].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/apoio-acoes-do-estado/operacao-agata-amazonia-2025-causa-prejuizo-milionario-ao-crime-organizado>
- [2] Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/governo-federal-anuncia-825%2C7-mi-de-reais-do-fundo-amazonia-para-maior-projeto-de-combate-ao-desmatamento-ilegal-do-ibama>
- [3] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/06/05/bndes-barra-r-806-milhoes-em-credito-para-proprietarios-com-indicios-de-desmatamento-ilegal.ghtml>
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/governo-federal-sanciona-lei-que-fortalece-resposta-a-incendios-florestais-no-pais>
- [5] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/06/06/desmatamento-da-amazonia-legal-cresceu-nos-ultimos-dez-meses.htm>
- [6] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/06/25/incendios-florestais-batem-recorde-no-brasil-em-2024-mostra-mapbiomas/>
- [7] Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2025/06/03/lula-we-need-global-governance-now-more-than-ever_6741954_4.html
- [8] Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/06/18/petroleiras-estrangeiras-entram-na-foz-do-amazonas.ghtml>
- [9] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/06/04/petroleiros-entram-na-justica-contra-venda-de-blocos-na-foz-do-amazonas/>
- [10] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/mpf-pede-a-suspensao-das-proximas-etapas-do-leilao-para-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas/>
- [11] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/06/quilombolas-do-ap-denunciam-invasoes-e-desmate-em-meio-a-avanco-de-exploracao-na-foz-do-amazonas.ghtml>

[12] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/06/cupula-brasil-caribe-reforca-integracao-regional-e-marca-retomada-do-dialogo-com-paises-vizinhos>

[13] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/06/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cupula-brasil-caribe>

[14] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/06/18/brasil-nao-sera-palco-de-corridas-predatorias-diz-lula.ghtml>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 2 de junho, a Associação Colombiana de Petróleo e Gás (ACP) divulgou um estudo que analisou a exploração de combustíveis fósseis na América Latina. Com dados de 2023 a 2025, o principal destaque positivo foi para a Colômbia, que, em concordância com a política de Gustavo Petro, foi o único país da região que não firmou acordos de exploração de hidrocarbonetos. Em contrapartida, o Brasil se destacou negativamente devido à assinatura de 185 contratos, uma diferença de 172 para o segundo colocado, Peru, com 13. Além de representar uma vitória política para Petro, a falta de assinatura de novos acordos de exploração de hidrocarbonetos, segundo a ACP, coloca a Colômbia como um exemplo a ser seguido por outros países na luta contra as mudanças climáticas, conciliando pressões políticas e econômicas internas e externas em prol de uma transição energética [1].

Em paralelo, no dia 5 de junho, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia anunciou uma redução no desmatamento durante o primeiro trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024 [2]. De acordo com dados do Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais da Colômbia (IDEAM), 27.000 hectares de floresta foram desmatados no primeiro trimestre de 2025, em comparação aos 40.219 hectares perdidos em 2024 [2]. As maiores reduções aconteceram nos departamentos de Meta, Caquetá e Guaviare, que tiveram reduções de 41%, 36% e 27%, respectivamente [2]. O departamento de Puntamayo, todavia, teve um aumento de 13% [2]. A ministra Lena Estrada acredita que os resultados foram alcançados por meio da implementação do Plano Integral de Contenção do Desmatamento, que inclui acordos com as comunidades locais, uma agenda para a paz, ações contra a criminalidade e o fortalecimento institucional [2]. A ministra também afirmou que o governo busca fortalecer sua atuação no combate ao crime organizado na região, com a intenção de

conhecer e capturar os líderes das organizações criminosas que atuam na Amazônia colombiana [2][3].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.portafolio.co/energia/colombia-unico-pais-de-la-region-que-no-ha-firmado-nuevos-contratos-entre-2023-y-2025-631744>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/la-deforestacion-cayo-33-en-la-amazonia-en-el-primer-trimestre-de-2025-minambiente/>
- [3] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/deforestacion-cayo-un-33-en-colombia-durante-el-primer-trimestre-del-2025-minambiente-3460493>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 6 de junho, completaram-se três anos da decisão judicial que determinou a interrupção dos queimadores de gás natural que é resultante das atividades de extração de petróleo na região da Amazônia equatoriana. Apesar da decisão, até o momento, nenhuma das petroleiras responsáveis pelos poços onde a atividade ocorre iniciou um plano substantivo para interromper a atividade [1]. Para relembrar a data, diversas organizações da sociedade civil, movimentos indígenas e entidades internacionais fizeram atividades pelo país, como o lançamento do documentário “Casos Mecheros: más allá de la sentencia”, feito em 25 de junho. O filme conta a história de comunidades afetadas [2].

No dia 30, representantes de comunidades indígenas que vivem na província de Orellana se reuniram em frente à Corte Provincial de Justiça para exigir reparação pelos danos causados pela exploração de petróleo na região e medidas preventivas a novos desastres [3]. Os líderes indígenas, que pertencem a *Federación de Comunas Unidas de Nacionalidad Kichwa de la Amazonía Ecuatoriana (FCUNAE)*, denunciaram que o derramamento de petróleo impacta diretamente a saúde das comunidades e sua qualidade de vida, comprometendo atividades essenciais como a pesca. A luta por justiça ocorre desde 2020, quando o Equador vivenciou um grande desastre provocado pelo vazamento de aproximadamente 15.800 barris de petróleo cru nos rios Coca e Napo. O acidente afetou cerca de 120.000 habitantes e 27.000 membros da comunidade kichwa que agora tentam estabelecer um diálogo intercultural com representantes do governo e agências estatais [4].

Referências

- [1] Disponível em: <https://elpais.com/planeta-futuro/2025-06-06/fuego-en-el-corazon-de-la-amazonia-ecuatoriana-ninas-y-jovenes-en-lucha-por-la-justicia-climatica.html>
- [2] Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/documental-muestra-los-efectos-de-antorchas-de-gas-del-petr%C3%B3leo-en-la-amazon%C3%ADa-ecuatoriana/89590171>
- [3] Disponível em: <https://www.telesurtv.net/ecuador-indigenas-justicia-derrame-petroleo/>
- [4] Disponível em: <https://www.ecoticias.com/eco-america/indigenas-petroleo-ecuador>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 27 de junho, o site das Forças Armadas da Guiana (*Guyana Defence Forces* – GDF) publicou uma notícia sobre um exercício militar entre Guiana e Brasil. As atividades ocorreram na fronteira entre os dois países, especificamente nas cidades de Lethem e Bonfim, assim como em Kanapang, que fica na região de Pakaraima. Bonfim é uma cidade brasileira, enquanto as outras são territórios guianeses, sendo todas situadas em território de floresta amazônica. Além da evidente interação, chama atenção o fato de que o espaço em questão fica em Essequibo, que é reivindicado pela Venezuela como parte de seu território. Uma nota divulgada pelo GDF afirmou que se tratou de exercício de patrulhamentos realizados por água, terra e ar, tendo em vista um aprofundamento da cooperação para o combate a atividades ilícitas na fronteira [1][2][3].

Ainda sob os termos de segurança e defesa, no dia 23 de junho, o Secretário das Relações Exteriores da Guiana, Robert M. Persaud, escreveu em suas redes sociais sobre a relação entre a Guiana e os Estados Unidos. O conteúdo principal do breve texto foi defender a importância da parceria estratégica em segurança e defesa, seja no combate ao tráfico transnacional de ilícitos e no apoio à soberania territorial de Essequibo. Esses elementos sugerem uma pergunta: as pautas de segurança e defesa serão usadas como justificativa para um aumento de ações militares no espaço amazônico? Seja em razão das disputas territoriais entre Guiana e Venezuela, seja do tráfico transnacional, o resultado parece ser o aumento da presença militar em áreas de floresta amazônica [4][5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://gdf.mil.gy/guyana-defence-force-and-brazilian-military-conduct-joint-riverine-patrol/>
- [2] Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/06/29/gdf-and-brazilian-military-conduct-joint-riverine-patrol/>
- [3] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/guyana-brazil-conduct-joint-patrols-to-strengthen-border-security/>
- [4] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/foreign-secretary-hails-guyana-us-strong-military-collaboration-strategic-partnerships/>
- [5] Disponível em: <https://x.com/PersaudRobert/status/1937239908458070242>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

O mês de junho foi marcado por diversas ações de política externa por parte do Peru. No início do mês, o governo, por meio do seu consulado em Munique, na Alemanha, promoveu um evento sobre a conservação da Amazônia peruana. Na ocasião, houve discussão sobre diplomacia ambiental, com a presença de representantes de governos, academia e sociedade civil. O foco do encontro foi debater e apresentar à comunidade alemã a complexidade da Amazônia e o papel da cooperação internacional na preservação da floresta. [1]

No dia 11 de junho, o Peru participou, através de representantes do MINAM, da 7ª reunião das negociações para a nova reposição do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), realizada em Washington, representando a América Latina e o Caribe. O GEF é um dos principais fundos internacionais de financiamento global no âmbito do meio-ambiente. Essa foi a primeira vez que o país participou das negociações em condição de representante regional. [2]

No dia 19 de junho, o Peru e o Brasil reafirmaram a cooperação bilateral para a preservação do meio-ambiente. O encontro contou com servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) e servidores do Serviço Nacional de Áreas Protegidas do Peru. Foram abordados temas como a resposta rápida a incêndios florestais em áreas naturais protegidas, a conservação da flora e da fauna nesses espaços, a promoção do turismo sustentável e a gestão territorial. [3]

No dia 24 de junho, o Peru foi um dos países que anunciaram a intenção de integrar uma coalizão internacional para expandir os mercados voluntários de carbono. A iniciativa, proposta pelo Reino Unido, por Singapura e pelo Quênia, busca estabelecer padrões de transparência e integridade para transações de créditos de carbono, ampliando as oportunidades de financiamento para ações de mitigação climática. [4]

No mesmo período, o Ministério do Meio Ambiente formalizou, pela segunda vez, uma parceria com o Fundo Bezos para a Terra e o Grupo Nacional de Povos Indígenas do Peru, com o objetivo de fortalecer ações de conservação da biodiversidade e avançar no objetivo de proteger 30% do território nacional até 2030, conforme a Meta 30x30 firmada na COP15. A iniciativa inclui a criação de novas áreas naturais protegidas e o fortalecimento da gestão territorial indígena. [5][6]

No dia 25 de junho, o governo peruano e autoridades colombianas realizaram a reunião do Comitê Local de Gestão em Iquitos, com o objetivo de fortalecer a integração fronteiriça. O encontro discutiu temas ambientais, sociais e de segurança, e definiu medidas para melhorar a gestão conjunta da fronteira amazônica. [7]

Finalmente, no plano doméstico, no dia 27, o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) promoveu o uso de tecnologias para recuperação de áreas degradadas por mineração ilegal, principalmente na região de Madre de Dios. O ministro Juan Carlos Castro destacou que a iniciativa faz parte da estratégia de recuperação de áreas impactadas por atividades ilegais na Amazônia. A presidente do Peru, Dina Boluarte, também esteve presente. [8] [9]

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1182997>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1185867>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1190847>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1194000>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1195045>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1193563>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1194088>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1198299>
- [9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1197644>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 30 de junho, o Suriname recebeu o certificado de erradicação da malária da Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo o primeiro país amazônico a realizar o feito. O país já havia conseguido erradicar a doença das áreas costeiras na década de 1960, porém o desafio possuía uma dinâmica distinta no interior do país. O bioma amazônico e

o tipo de organização social de dos povos originários impunha uma dificuldade maior ao controle da doença, já que o tipo de moradias, mais “abertas”, possuía uma menor proteção contra os mosquitos. As atividades mineradoras, que são recorrentes no país, aumentavam ainda mais o grau de dificuldade devido ao trânsito de garimpeiros entre áreas de contração endêmica da doença. Em 2001, foram registrados mais de 15.000 casos de transmissão de malária no Suriname. A conquista foi fruto de iniciativas governamentais, de associação com organismos multilaterais, como a Organização Pan-Americana de Saúde (PAHO) e a própria OMS, além do suporte técnico de países como o Brasil e os Estados Unidos. O feito cria uma nova dinâmica sanitária nas regiões interioranas do país, que são essencialmente parte da floresta amazônica [1][2].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.who.int/news/item/30-06-2025-suriname-certified-malaria-free-by-who>

[2] Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/suriname-erradica-malaria-com-apoio-da-cooperacao-brasileira>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

No mês de junho de 2025, houve pouca movimentação no que se refere à Amazônia venezuelana. Ao longo de todo o mês, apenas duas operações foram feitas pela Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) na região. Ambas ocorreram nos marcos da Operação Neblina 2025. A primeira consistiu no desmantelamento de um acampamento dedicado à mineração ilegal no estado do Amazonas, mais especificamente no município de Alto do Orinoco, no dia 15 de junho. O acampamento foi localizado após patrulhamento na região e possuía a serventia de ser um ponto de auxílio no “suporte logístico” para mineradores ilegais. Conforme publicou Domingo Hernández Lárez, comandante estratégico operacional da FANB, em suas redes sociais, “está proibida qualquer tipo de atividade de mineração no estado do Amazonas”. Em tal acampamento, foram localizados 800 litros de gasolina, 8 motobombas, 8 tubos de plástico, 500 metros de mangueira de alta pressão, 31 correias de motor, 16 martelos demolidores e uma moto [1]. Em momento posterior, no dia 18 de junho, a FANB realizou outra patrulha no mesmo acampamento. Em tal ocasião, foram encontrados 2.000 litros de gasolina, dois

fogões elétricos, dois compressores de ar e 63 caixas de cerveja. Hernández Lárez não informou se houve detidos durante as etapas da operação [2].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/210483/fanb-desmantelo-un-campamento-dedicado-a-la-mineria-ilegal-en-amazonas>

[2] Disponível em: <https://www.elnacional.com/2025/06/desmantelan-un-campamento-usado-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Nos dias 3 e 4 de junho, representantes do ensino superior, autoridades diplomáticas e dirigentes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) se reuniram em Brasília para a cerimônia de reativação da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) [1]. A associação anunciou a realização de uma Assembleia Geral, em novembro de 2025, quando será formalizada sua nova governança institucional, e apresentou o Plano Estratégico 2025-2030 que orientará sua atuação no próximo quinquênio com foco em pesquisa científica integrada, inovação tecnológica e fortalecimento da educação superior como “vetor de transformação regional”.

No dia 5 de junho, foi celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente. Por conta da ocasião, a OTCA publicou os avanços do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a Bacia Amazônica [2]. Esse conjunto de ações, aprovado em 2017 e implementado em 2021, orienta os países amazônicos na gestão dos recursos hídricos da Bacia e seu uso sustentável. No quarto ano desde a sua implementação, o PAE já alcançou resultados positivos nas seguintes áreas: fortalecimento institucional e cooperação regional, monitoramento da água e proteção de ecossistemas, soluções para aumento da resiliência nas comunidades e criação da Rede Amazônica de Autoridades Hídricas (RADA).

Dentro desses eixos, o PAE promoveu o intercâmbio de melhores práticas institucionais, a promoção de estratégias inovadoras, o apoio a soluções técnicas sustentáveis e a capacitação de profissionais, além de ter iniciado o processo para a consolidação da Plataforma Regional Integrada de Informações de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), que reunirá dados da Rede Hidrológica Amazônica (RHA) e

da Rede de Qualidade da Água (RQA), que operam dentro do Observatório Regional Amazônico (ORA). Nesses marcos, a OTCA contribuiu na organização de oficinas, palestras e cursos de capacitação de modo a promover a construção de soluções coletivas para o sistema hídrico da Amazônia.

No dia 6, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou do seminário “Amazônia e Mudanças Climáticas – Soberania, Sustentabilidade e Inclusão no Desenvolvimento Nacional” organizado pelo Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas – Ciência, Tecnologia e Informação (NAPP CT&I) da Fundação Perseu Abramo [3]. O papel da OTCA foi central no debate do Eixo 7 – Integração Pan-Amazônica e desenvolvimento fronteiriço, no qual pesam os desafios para uma integração regional multilateral e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico em áreas de fronteira na Amazônia. Segundo Grazziotin, os países amazônicos precisam adotar políticas diferenciadas, considerando as especificidades de cada comunidade e as diferenças em termos de qualidade de vida e acesso aos serviços públicos. O debate também contou com a participação de Rosalia Arteaga, ex-vice presidenta do Equador, e Jorge Audy, Superintendente de Inovação e professor da Pós-Graduação em Ciência da Computação da PUC-RS.

No dia 9 de junho, ocorreu a Primeira Reunião da Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transnacionais da Região Amazônica, em Letícia, na Colômbia [4]. Durante a cerimônia de abertura do evento, o Ministro da Defesa Nacional da Colômbia, Pedro Arnulfo Sánchez Suárez, e o Secretário-Geral da OTCA, Martín von Hildebrand, reforçaram o interesse em fazer da região amazônica uma área “segura, em paz e livre de atividades ilícitas”. O objetivo da Comissão Especial é fortalecer a cooperação regional para a prevenção, investigação e sanção de crimes transnacionais como o tráfico (de espécies, recursos naturais e pessoas), a mineração ilegal, o contrabando e a violência contra ativistas, povos indígenas e comunidades locais. Durante a reunião, os representantes apresentaram o Plano Amazônia Segurança e Soberania e o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, com protagonismo da Polícia Federal do Brasil [5]. Ao final do encontro, as autoridades aprovaram a Declaração de Letícia, que reforçou o compromisso dos países amazônicos com a agenda de segurança.

No dia 18, o Ministério Público Federal do Brasil promoveu o debate “Discussão de uma estratégia regional para abordar a mineração de ouro” junto com a Conservação Estratégica (CSF, na sigla em inglês) e a OTCA [6]. A coordenadora da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4CCR) do MPF, Luiza Frischeisen, destacou que o

garimpo ilegal é um dos problemas que afetam o ecossistema amazônico e que é preciso pensar em estratégias coordenadas entre os países afetados. O coordenador do Projeto Bioamazônia da OTCA, Mauro Rufino, falou sobre a importância de garantir, para além da responsabilização judicial dos envolvidos, práticas para a garantir a recuperação das áreas afetadas pelo garimpo ilegal. Uma das ferramentas apresentadas foi a Calculadora de Impactos do Garimpo, lançada em 2021 e desenvolvida pela CSF e o MPF, que estima os danos sociais, econômicos e ambientais do garimpo ilegal. Os presentes também discutiram formas de lidar com a contaminação por mercúrio, uma das consequências do garimpo. O evento contou com o apoio do Banco Mundial, por meio do programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL, na sigla em inglês), e financiamento do *Global Environment Facility* (GEF).

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/ufopa-integra-reativacao-da-unamaz-e-planejamento-estrategico-pan-amazonico/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/dia-mundial-do-meio-ambiente-conheca-os-avancos-da-acao-conjunta-dos-paises-membros-da-otca-na-gestao-integrada-das-aguas-amazonicas/>
- [3] Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2025/06/07/no-2o-dia-seminario-da-amazonia-debate-trabalho-pesquisa-e-integracao-regional/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/ministros-da-seguranca-publica-dos-paises-amazonicos-se-reunem-em-leticia-para-fortalecer-a-cooperacao-no-enfrentamento-aos-ilicitos-transnacionais/>
- [5] Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/06/pf-apresenta-o-plano-amas-na-reuniao-de-ministros-e-altas-autoridades-de-seguranca-publica-da-otca>
- [6] Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-e-parceiros-debatem-estrategias-regionais-para-o-combate-ao-garimpo-ilegal-de-ouro-na-amazonia>